COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF
DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - DE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO - SPE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DMA
DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE DE GERAÇÃO - DEMG

PLANO DE EDUCAÇÃO HISTÓRICO PATRIMONIAL PARA A UHE XINGÓ

Elaboração: Arq. Álvaro Moreira

Recife, Agosto de 2012

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

Mudanças, impactos e o novo enfoque da preservação e conservação

Contextualização

O que é Educação Patrimonial?

Educação Patrimonial, Conservação Urbana e Desenvolvimento Sustentável

Metodologia Pedagógica

Principais desafios para implantação do Plano em Educação Patrimonial

O Plano em Educação Patrimonial

Princípios

Objetivos

Área de Abrangência

Diretrizes do Plano

Metodologia Executiva

Metas

Referências Bibliográficas

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Plano de Educação Histórico Patrimonial que define as diretrizes do PROGRAMA EM EDUCAÇÃO HISTÓRICO PATRIMONIAL DO ENTORNO DA UHE XINGÓ em atendimento a solicitação do Parecer 101/2011, emitido pelo IBAMA/Sede por meio do Ofício 075/2012 de 29 de março de 2012 com base na Licença de Operação, LO, Nº 147/2001 da UHE Xingó, emitida pelo IBAMA em 18 de outubro de 2006.

A gestão em Educação Patrimonial busca atender a necessidade de uma interpretação do patrimônio ambiental e cultural da região, contribuindo para uma maior apropriação, preservação e conservação desses bens pela população usuária, quer sejam residentes ou visitantes.

A implantação da matéria Educação Patrimonial conduzirá a população envolvida a um processo ativo de autoconhecimento, de apropriação e valorização de sua herança cultural, reforçando a auto-estima e o orgulho pela identidade, além de formar multiplicadores dessa área temática.

Este Plano definiu os componentes da Especificação Técnica, anexa, para contratação de empresa para execução do Programa pela Chesf.

A Chesf, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, por meio do Departamento de Meio Ambiente e da Divisão de Meio Ambiente de Geração – DEMG, administrará e fiscalizará a execução do Programa a partir de 2013, e, contemplará os seguintes municípios: Olho D'Água do Casado e Piranhas no estado de Alagoas e Canindé de São Francisco e Poço Redondo no estado de Sergipe.

INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial vem a cada dia ganhando mais espaço e se tornando mais difundida, primeiramente, em meio aos órgãos responsáveis pela preservação, identificação e valorização dos bens patrimoniais da cultura em nosso país, por meio dos órgãos do poder executivo nas esferas federal, estadual ou municipal, tendo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, IPHAN, seu maior representante, ligado ao Ministério da Cultura. Num segundo momento pelo avanço das Políticas Públicas na elaboração de legislação sobre essa área de conhecimento, em atendimento a atuação da sociedade civil organizada.

No Brasil, a Educação Patrimonial foi introduzida em nível conceitual e prático, em 1983, em um Seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro, tendo como referencial a atuação de *Heritage Education,* com trabalhos pedagógicos desenvolvidos na Inglaterra.

Citando SILVA, 2000, "*a partir desse despertar e interesse pela matéria, ainda na década de 80, inicia-se de maneira tímida, pouco explorada no meio científico, constatada na pouquíssima bibliografia disponível, e não muito divulgada na sociedade...*", é que a educação patrimonial passa a ser mais conhecida e vem se tornando cada vez mais familiar e frequente no trabalho de gestores e responsáveis pela proteção, identificação e valorização dos bens culturais em nosso país. Diante da realidade de um país com acentuada diversidade cultural, a educação patrimonial precisa ser considerada como um instrumento relevante de reflexão por aqueles que pensam e articulam a educação brasileira. Para tanto, faz-se necessário estar presente nos mais variados espaços de possíveis diálogos. Cabe salientar que o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio cultural são fatores indispensáveis no processo de preservação, proteção e valorização desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidades e de cidadania.

Passados esses anos, estes conceitos foram apreendidos e mais desenvolvidos em instituições como museus e fundações ligadas à temática dos bens patrimoniais no Brasil, tendo ocorrido algumas experiências piloto na área, em nível nacional. Foi introduzido um novo pensar sobre Patrimônio Cultural Brasileiro, principalmente em relação à diversidade cultural expressada nas manifestações, tangíveis e intangíveis, traduzidas como fontes primárias do conhecimento e

aprendizado, a serem utilizados como objeto de exploração da Educação Patrimonial.

Aqui, define-se uma proposta de Plano de Programa em Educação Patrimonial que visa a informação e socialização do conhecimento, juntamente com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da conservação integrada urbana e territorial, sendo o nosso objeto de intervenção os municípios do entorno da UHE Xingó.

A habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia a capacidade do homem de compreender o mundo. Devemos aprender a ler cidade... qualquer pessoa pode fazê-lo, desde que utilize sua capacidade de observação e análise, e não esquecer que cada cultura possui uma multiplicidade de aspectos e significados.

Maria de Lourdes Horta
Guia Básico de Educação Patrimonial - Horta, Maria de Lourdes Parreira e outras, pág.9, IPHAN,1999-RJ/RJ.

MUDANÇAS, IMPACTOS E O NOVO ENFOQUE DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Patrimônio é para ser interpretado.
Não apenas para ser admirado estaticamente.
Rona Gibb
Conferência Internacional Brasil/Grã-Bretanha – Patrimônio Histórico e Desenvolvimento, Recife-PE, 1999.

O crescimento socioeconômico e tecnológico do Nordeste está intrinsecamente ligado à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, Empresa do Sistema ELETROBRÁS. Na década de 40, o abastecimento de energia elétrica para os 14 milhões de habitantes se dava de forma precária, através de centrais térmicas, dificultando a industrialização e o desenvolvimento da região.

Desde sua criação, em 3 de 0utubro de 1945, e sua constituição formal em 15 de março de 1948, a CHESF vem aproveitando o desnível natural do Rio São Francisco, como foi idealizado pelo então Ministro Apolônio Sales, que criou e consolidou a Empresa, com a missão institucional de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, melhorando a qualidade de vida de mais de 40 milhões de nordestinos.

O último grande aproveitamento energético do São Francisco foi a Usina de Xingó, uma das mais modernas hidrelétricas do Brasil e a maior da CHESF. Construída no sertão, entre Alagoas e Sergipe, Xingó produz mais de 25% da eletricidade que o Nordeste consome. Sua construção contou com condições topográficas e geológicas extremamente favoráveis, beneficiando-se com a formação de um reservatório totalmente encaixado no cânion, minimizando o impacto ambiental.

Na área ambiental, a maior preocupação da CHESF é compatibilizar a expansão e operação do seu sistema com a preservação e conservação do meio ambiente e da cultura através do uso sustentável dos recursos naturais. Dessa forma, nas áreas de influência de seus empreendimentos, desenvolve ações de controle, monitoramento, mitigação, conservação e recuperação de danos ambientais e culturais causados pelas obras.

Um dos exemplos positivos dessa atuação empresarial foi o total patrocínio e gestão desenvolvida pela Chesf dos estudos que promoveram a preservação do sítio histórico de Piranhas em Patrimônio Histórico e Paisagístico Nacional. Piranhas detém em nível Municipal o tombamento através da Lei n.º 037/2000 de junho de 2000. Em 17 de dezembro de 2003 é reconhecida pela Assembléia do Conselho Consultivo do IPHAN, Ministério da Cultura, Brasília, como Patrimônio Histórico e Paisagístico Nacional. O reconhecimento em nível estadual aconteceu por meio da LEI Nº 6.650, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Tendo sido a primeira empresa do Setor Elétrico a realizar tal feito, sendo Piranhas a primeira cidade do semi-árido nordestino a receber tal reconhecimento.

A UHE XINGÓ

A Usina Hidrelétrica de Xingó faz parte do sistema de geração de energia elétrica da CHESF, e está em operação desde dezembro de 1994. Localiza-se no Rio São Francisco entre os estados de Alagoas e Sergipe, com coordenadas geográficas 09º37’00’’, latitude sul e 037º46’00'', longitude oeste, cerca de 2 km a montante da cidade de Canindé de São Francisco (SE), e cerca de 179 km da foz do rio, no trecho final do cânion que se inicia em Paulo Afonso. O empreendimento UHE Xingó dista 232 km de Aracaju capital do estado de Sergipe e 330 km de Maceió capital do estado de Alagoas. A distância entre a UHE Xingó e a capital do estado de Pernambuco, Recife, é de aproximadamente 500 km.

O Reservatório de Xingó está localizado no Baixo São Francisco. Para sua formação foram inundadas áreas pertencentes aos municípios de

Paulo Afonso, no Estado da Bahia, Olho D'água do Casado, Piranhas e Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas, e Canindé do São Francisco, no Estado de Sergipe. Apresenta uma superfície aproximada de 60 km^2, com uma capacidade de armazenamento de 3,8 bilhões de m^3 de água.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de ensino educacional nesses últimos 10 anos passou por grandes transformações, no entanto, ainda não apresenta um nível desejado de evolução e de progresso, dentro dos moldes do aproveitamento escolar e dos avanços pedagógicos contemporâneos assistidos em alguns outros países do mundo. O Brasil ainda é detentor de grande número de analfabetos e a carência é visível e alarmante e a área de educação, representa um dos maiores entraves para se alcançar patamares de desenvolvimento fiáveis de sustentabilidade. Esta situação se agrava ainda mais nas regiões do Norte e do Nordeste do Brasil.

A situação educacional se agrava ainda mais quando se constata a impotente capacidade de gerar trabalho e renda ou mesmo explorar as riquezas do lugar, com repasse garantido às populações que vivem nos municípios. O quadro de pobreza é real. Desafiando esta situação, foram implantados vários programas sociais com o objetivo de diminuir as carências dessas populações buscando estimular e fortalecer a permanência dos alunos em sala de aulas, assim, um conjunto de programas e de pesquisas vem sendo desenvolvidos pelo governo federal nas diversas áreas do conhecimento, inclusive na área educacional, reduzindo as disparidades, potencializando as atividades sociais, econômicas e culturais de cada região.

É nesse contexto que a matéria educação patrimonial começa, ainda que com pequenos passos, a incorporar uma nova forma de leitura de mundo, onde, os bens patrimoniais ambientais e culturais passam a ser referência de memória, identidade e inclusão social.

O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

Segundo o Dicionário de Aurélio Buarque, "Educação, tem origem no latin educatione, e é o ato ou efeito de educar-se; processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social; entre outros, revela que educação é o conhecimento e prática

dos usos de sociedade; civilidade ... como processo dinâmico de conhecimento e o repasse deste denota o próprio ato do educar".

O trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto dos bens, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Maria de Lourdes Horta
Educação Patrimonial, pág.7,Museu Imperial,1997-RJ/RJ.

Ao apresentar esta definição, é necessário lembrar que, o conhecimento é o grande mediador da transformação social, sendo " o instrumento mais decisivo da cidadania, porque é a base da crítica e da criatividade...", (Pedro Demo.pág.15/1996). Daí a preocupação inicial na promoção desse conhecimento crítico, associado a apropriação consciente dos valores da herança cultural da região objeto de estudo.

Os referenciais para uma definição do que é Educação Patrimonial apoiam-se nas teorias e conceitos da educação, e que traduzem-se nos processos pedagógicos e da carga do conhecimento cumulativo da cultura, global e local, instituída pelo homem, e suas formas diversas do educar. Como processo permanente e sistemático, a Educação Patrimonial concentra-se no Patrimônio Cultural, como fonte primária, buscando o crescimento do indivíduo e da comunidade.

A partir do conceito de que Educação Patrimonial "é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido" – Guia Básico de Educação Patrimonial - Horta, Maria de Lourdes Parreira e outras, pág.6, IPHAN,1999-RJ/RJ, e, por se tratar de assunto relacionado com a invenção humana, a Educação Patrimonial busca através de um processo dinâmico de transformações por que passam seus objetos de estudos, a clareza dos seus significados.

A Educação Patrimonial, busca levar às crianças e aos adultos o conhecimento dessa herança cultural, visando sua apropriação e valorização, capacitando-os para uma melhor convivência e aproveitamento desses bens, investindo na criação cultural dentro de um processo contínuo, "de forma a manter pelo mais longo tempo possível suas características históricas, culturais e ambientais e, ao mesmo tempo - compreender - as mudanças introduzidas em

atendimento a lógica histórica do processo de urbanização" - Zancheti, Sílvio e Pontual, Virgínia, pág. 36, Sítio Tombado de Piranhas – Plano de Gestão, CHESF/CECI, Recife/2000.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CONSERVAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Como os objetos de estudo são os bens patrimoniais culturais, materiais e imateriais e, sendo estes fonte da imaginação, da criação e da convivência e produção humana, não poderiam ser excluídos o pensamento do homem contemporâneo, que, na busca constante de avanços nas diversas áreas das ciências filosóficas e aplicadas, reinterpreta, reformula e cria novos conceitos e motivações imprimindo sua marca no presente histórico.

Tratando-se de um sistema que incorpora várias disciplinas, foi associado entre estas os conceitos do Desenvolvimento Sustentável que traduz-se no que há de mais moderno no campo do diálogo entre as gerações do presente e as gerações futuras. Assim, a educação patrimonial, aqui, associa-se aos princípios do Desenvolvimento Sustentável, para garantir, como instrumento de transformação, o repasse do conhecimento e da interpretação necessária para uma apropriação e entendimento de uma convivência equilibrada dos valores patrimoniais do passado, do presente e suas responsabilidades com as heranças para as gerações futuras.

Desta forma, Educação Patrimonial busca, em outras disciplinas, o apoio necessário para se inserir como matéria de motivação individual e coletiva que venha servir para uma prática de cidadania onde se busque aplicar o Desenvolvimento Sustentável, "como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades". Este é o conceito mais usado, tendo sido elaborado em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – capítulo 2 do livro "Nosso Futuro Comum".

Enquanto a comunidade não se envolver com o patrimônio, não puder morar por perto, trabalhar e saber a respeito dele, ela não vai ter compromisso em preservá-lo.

Stela Maris Murta
Conferência Internacional Brasil/Grã-Bretanha – Patrimônio Histórico e Desenvolvimento, Recife-PE, 1999.

METODOLOGIA PEDAGÓGICA

Como princípio básico para construção da metodologia, e para efetiva implantação do Programa Histórico Patrimonial no entorno da UHE Xingó, este Plano definiu três níveis estruturadores pedagógicos.

1º Nível – ***Experiências acumuladas e sistematizadas pelo empirismo.***

O primeiro nível resgata o histórico e os conteúdos necessários para registro e documentação da contribuição dos autênticos representantes da população, antigos moradores que contribuirão com suas experiências na divulgação de seus conceitos espontâneos, construídos no processo cumulativos de suas existências, sistematizadas pelo empirismo e estruturados na Educação Informal;

2º Nível – ***Conceitos científicos materializados nas teorias educacionais.***

O segundo nível tem como premissa que "todo conhecimento científico produzido é por essência histórico e educacional", (Pedro Demo.pág.7/1996). Aqui, evidenciados pelos estudos e pesquisas realizadas ou em realização, que tenham como objeto os municípios partícipes do Programa;

3º Nível – ***Associação destes dois saberes, o empírico e o científico*.**

O terceiro nível busca um redimensionamento da informação à população usuária envolvida com os bens patrimoniais do município, local ou atraída – buscando uma reflexão no relacionamento entre o público e o privado; o global e o local ou a parte e o todo, e, ainda, o individual com o coletivo, dando ênfase aos princípios do Desenvolvimento Sustentável e da conservação urbana integrada.

Estes três níveis oferecem a compreensão necessária para construção de um processo de aprendizagem na qual o educando e educador se permitam trocar tipos e formas de expressão nas diversas áreas do conhecimento.

Estes encontros possibilitarão uma relação estreita entre a teoria e a prática e, consequentemente, a educação patrimonial, nestes

parâmetros, fundamentará pedagogias compreendidas não só como ações educativas como também integralizadoras das várias disciplinas.

Como proposta exploratória de estudos serão relacionados os bens culturais e ambientais dos municípios do entorno e da UHE Xingó, como áreas temáticas gerando sub-temas, disponibilizados à atividades de educação patrimonial. Como exemplo listamos:

> Pesquisas, entrevistas, depoimentos, palestras, feiras, exposições, seminários, visitas programadas a museus, a UHE Xingó. Elaboração e confecção jogos e resgate de brincadeiras do passado, contador de estórias, elaboração de textos e encenação de peças de teatro, seção de vídeo, de cinema, trabalhos com colagens, danças de roda, músicas, serestas, poesias, esculturas, confecção de maquetes, levantamento fotográfico, desenhos, pinturas, passeios de barco e de Catamarã, recreação.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

São desafios do Plano, a busca da eficientização da metodologia pedagógica adotada, a condução do processo de maneira simplificada de modo que todos os envolvidos o compreendam, e que se estabeleça efetivamente uma gestão participativa e compartilhada.

Como melhor forma de identificar os desafios, foram relacionadas as potencialidades, as restrições, e elencadas, respectivamente, as ações necessárias – ver quadro.

Potencialidades, Restrições e Ações necessárias para implantação do Plano em Educação Patrimonial

POTENCIALIDADES	RESTRIÇÕES	AÇÕES NECESSÁRIAS
Recursos financeiros disponíveis	Demora no processo licitatório para contratação de empresa executora do Programa (obediência à Legislação vigente)	Acompanhar processo licitatório
Grande acervo e	Riscos com a degradação	Implantar Programa de

diversidade de bens culturais e ambientais (Patrimônio tangível e intangível) nos municípios.	ambiental e cultural (descaracterização dos Bens Patrimoniais tangível e intangível).	Educação Patrimonial. Estimular a participação da população usuária e disseminar as teorias da educação patrimonial.
Especificidades e valores culturais de cada cidade	Falta de informação e conhecimento da população do que seja educação patrimonial falta de apropriação dos bens patrimoniais e seu melhor uso.	Despertar, informar e estimular ações que promovam o reconhecimento dos valores patrimoniais e suas apropriações
População receptiva para incorporar o "novo".	Apresenta dificuldade de mobilização.	Promover, divulgar, animar, agregar valor econômico aos bens patrimoniais culturais.
Existência de grande n.º de artesãos e artistas	Dificuldades em aglutiná-los em torno do associativismo e do cooperativismo.	Orientação de Consultoria técnica e eventos para grupos envolvidos com cultura
Existência de professores atuantes nas redes pública e particular de ensino.	Tempo disponível dos professores e suas prioridades; espaço na grade curricular escolar.	Treinamento e capacitação, participação e envolvimento dos envolvidos
Vontade política por parte dos gestores da cidade	Não há	Estabelecer parcerias.

O PLANO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

... podemos ter certa a possibilidade de evitar destruições mediante o crescimento da consciência da comunidade e da adoção de medidas de controle urbano ...

Ramón Gutiérrez
História, Memória e Comunidade: o Direito do Patrimônio Construído, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, São Paulo-SP.

O Plano será um instrumento de apoio à administração e fiscalização da empresa contratada pela Chesf por meio de licitação, modalidade Pregão. Para sua execução foi definida a Especificação Técnica, anexo 1.

Com visão de estabelecer-se como um instrumento de gestão, o Plano objetiva a garantia de apropriação, conhecimento e entendimento do

complexo de bens patrimoniais existentes na região pela população local e atraída. Como documento estratégico se utiliza de mecanismos normativos visando atingir seus objetivos:

PRINCÍPIOS

Foram estabelecidos os seguintes Princípios:

- estimular uma visão, global / holística, crítica e criativa das questões patrimoniais na coletividade;

- promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes interpretativos;

- possibilitar um conhecimento integrado, multidisciplinar e interativo;

- propiciar um auto conhecimento que contribua para o desenvolvimento de valores espirituais e materiais, atitudes, comportamentos e habilidades conservacionistas para com os bens patrimoniais;

- incentivar, divulgar e desenvolver estudos e pesquisas objetivando um maior conhecimento dos bens patrimoniais;

- promover e sensibilizar a sociedade, à conservação dos bens patrimoniais, criando e gerenciando eventos de animação cultural, tais como: oficinas, palestras, exposições, encontros, seminários.

- Buscar estimular e indicar parcerias junto a sociedade organizada e envolvida com a causa da educação patrimonial, como por exemplo: instituições públicas e privadas, unidades de ensino, conselhos de moradores, associações culturais e religiosas, agremiações carnavalescas e grupos folclóricos.

OBJETIVOS

O Plano se propõe a elaborar e implementar processos que utilizem os mecanismos de gestão participativa. Destacam-se como principais objetivos:

- assegurar as condições legais necessárias para implantação do Plano;

- indicar, informar fontes de captação de recursos financeiros para projetos;

- fortalecer o significado e as diferenças entre os bens patrimoniais ocorridos na região e sua importância no contexto de suas permanências;

- sensibilizar a sociedade, estimular, reforçar ou neutralizar atitudes comportamentais da convivência e do tratamento dos indivíduos para com os bens patrimoniais, visando sua conservação;

- buscar, através da informação, do conhecimento, do entendimento, da criatividade e animação cultural, o prolongamento da vida útil de um bem cultural, valorizando suas características históricas, artísticas e tecnológicas;

- Incentivar, capacitar os integrantes permanentemente para a gestão da Educação Patrimonial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- sensibilizar a sociedade, estimular, reforçar ou neutralizar atitudes comportamentais da convivência e do tratamento dos indivíduos para com os bens patrimoniais, tangíveis e intangíveis, visando sua conservação, através de oficinas, seminários, pesquisas, entrevistas, exposições fotográfica, edição de cartilhas, edição de livro, edição de DVD e do CD do cancioneiro popular;
- fortalecer o significado e as diferenças entre os bens patrimoniais ocorridos na região e sua importância no contexto de suas permanências buscando o envolvimento da sociedade em consonância e atendimento aos requisitos da legislação vigente, sobre o tema;
- divulgar, registrar as principais informações coletadas durante os estudos realizados;
- seguir todas as orientações e exigências de dados cadastrais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, sobre inventário de bens patrimoniais material e imaterial.
-

ABRANGÊNCIA

É preciso tirar o senso de arcaico do patrimônio histórico, tornando-o vibrante e atual, através do uso com sabedoria.

Roberta Kacowicz
Conferência Internacional Brasil/Grã-Bretanha – Patrimônio Histórico e Desenvolvimento, Recife-PE, 1999.

As experiências na área educacional de patrimônio no Brasil trazem sempre os objetos de estudo com referência ao passado, associados aos bens materiais e intangíveis históricos, e não formulam propostas de entendimento dos bens produzidos pelo homem contemporâneo, sejam tangíveis ou intangíveis. A proposta aqui apresentada procurou incorporar as variáveis da produção atual do homem na região, e que serão, dentro de uma visão de Desenvolvimento Sustentável, parte integrante de uma herança para as gerações futuras.

Desenvolver a habilidade da observação e interpretação do que nos rodeia auxilia na compreensão do mundo.

Maria de Lourdes Horta
Guia Básico de Educação Patrimonial - Horta, Maria de Lourdes Parreira e outras, pág.9, IPHAN,1999-RJ/RJ.

A abrangência desta forma, relaciona o lugar às transformações e ocorrências tão diferenciadas produzidas no tempo e no espaço - ambiente do passado e o ambiente do presente - e que se estabeleceram como fatos ou acontecimentos históricos, marcadamente, evidenciados nas gerações futuras.

O Plano norteará os serviços do ***"PROGRAMA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICO PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA UHE XINGÓ*** que contemplará os municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado no estado de Alagoas e, Canindé de São Francisco e Poço Redondo no estado de Sergipe.

PÚBLICO ALVO

Ressaltamos Horta, quando registra que "A metodologia da Educação Patrimonial pode ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola. Para alcançar a multiplicação das idéias e

conceitos propostos neste campo da Educação baseada no Patrimônio Cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar".

Sendo assim definimos que o público alvo a ser atingido diretamente são os professores da rede pública e privada de ensino dos municípios envolvidos e para que o processo se desenvolva adequadamente é fundamental o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade, entre representantes de ONG's, Igrejas, Sindicatos, Colônia de Pescadores, Associações Comunitárias, dentre outros, com a seguinte distribuição de vagas por oficina aplicada:

Público Alvo	Vagas	%
Rede Pública	15	60
Rede Privada	05	20
Outros Segmentos	10	20
Total	30	100

EQUIPE TÉCNICA SUGERIDA

Considerando o dimensionamento e as especificidades das atividades a serem desenvolvidas neste Programa e com base nos artigos 15, XI e XIV, 22 e 23 da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento estima-se uma equipe conforme descrito abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE PROFISSIONAIS	FORMAÇÃO REQUERIDA
Coordenação	01	Nível Superior, mestrado ou doutorado, especialista em Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural
Técnico de Mobilização	01	Nível Superior, graduação em comunicação social com experiência em processos participativos
Historiador	01	Nível Superior, graduação em História com experiência em

		educação patrimonial
Arquiteto	01	Nível Superior, graduação arquitetura com experiência em conservação do patrimônio cultural (material e imaterial)
Turismólogo	01	Nível Superior, graduação em Turismo com experiência em educação patrimonial
Fotógrafo	01	Fotógrafo Profissional
Cineasta	01	Cineasta profissional com experiência em documentários

DIRETRIZES DO PLANO

Como orientação às trajetórias do Plano, ressaltam-se as seguintes diretrizes:

- promover, através da educação patrimonial, a conscientização do valor dos bens culturais da região, educando, treinando e capacitando agentes multiplicadores (professores da rede pública, privada de ensino, gestores, empresários e lideranças comunitárias);

- direcionar ações que visem a participação, conhecimento e apropriação dos bens patrimoniais pela população;

- conduzir de forma articulada a participação de todos os atores envolvidos, mantendo-os estimulados e com elevado nível de satisfação no processo;

- integrar a comunidade e a sociedade civil organizada, as instituições, associações inclusive as religiosas e agremiações em torno dos objetivos da educação patrimonial.

METODOLOGIA EXECUTIVA

O plano procura a organização das tarefas, utilizando os instrumentos legais, administrativos e fiscalizatórios, criando e orientando os serviços necessários, indicando a efetivação do Programa definindo suas implantações no transcurso do processo.

O Plano em Educação Patrimonial é um documento norteador e flexível que se preocupa em determinar e potencializar as novas tendências e oportunidades, selecionando as ações que dão respostas, procurando eliminar as debilidades existentes no processo. Ainda, ajusta e minimiza

estrangulamentos de eventos existentes ou a serem implantados aglutinando as diversas atividades em torno de uma ação conjunta e integrada.

O Plano organiza as ações, o uso dos instrumentos legais da administração e fiscalização dos programas, projetos e ações; define suas prioridades; cria e organiza os serviços necessários para usa consecução. Norteia e acompanha os programas e projetos implantados, minimizando os estrangulamentos e impactos negativos que esses possam trazer à real exequidade pretendida no processo desses eventos.

A partir da organização das tarefas o modelo se impõe aglutinando os conteúdos necessários para efetivação da operacionalização do Programa.

PRAZO

Este Plano definiu a duração de 18 meses para o **"PROGRAMA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICO PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA UHE XINGÓ"**.

METAS DO PLANO

Atividade	Resultados (meta a ser alcançada)	Conteúdo Programático	Produtos/Observação
Oficina (conteúdo teórico e prático) – uso de técnica associada a DRP, Diagnóstico Rápido Participativo.	Capacitação de professores (pública e privada), agentes e/ou animadores culturais; Serão realizadas 4 oficinas/ano para cada município; Turmas com 30 alunos; Cada Oficina terá a duração de 8 horas; Captação de informações, coleta e cadastramento de acervo cultural do município;	**1ª Oficina:** Dinâmica de Grupo/ Lanche/Conteúdo expositivo/Almoço/Distribuíção de sacolas, bloco de notas, lápis, pastas, camisas, bonés, folder e cartaz Conteúdo expositivo/Atividade prática em Grupo/ Lanche/Conhecendo a cidade; Coleta de imagens fotográficas e de vídeo. **2ª Oficina:**Conteúdo expositivo/Visita de campo);Coleta de imagens fotográficas e de vídeo **3ª Oficina:**Informes/ conteúdo expositivo/ visita a cidade/ noções básicas conceituais de museus e instalação de exposição; **4ª Oficina :** Conteúdo expositivo/Atividade prática em grupo/ Escolha dos 10 Mais patrimônio natural e cultural do município; Consolidação das peças e produtos para lançamento no Seminário; Coleta de imagens fotográficas e de vídeo	Será disponibilizado transporte, lanche/almoço aos participantes nas salas de aulas, visitas técnicas de campo durante a realização das oficinas e dos seminários; (Cartaz geral do Programa tam 50x70cm, policromia, papel couché 115g, 500 unid constar programação); Folder para atendimento a todo programa, tam A-4, policromia, papel couché 145g, 1000 unid; 1000 Camisas de malha de algodão puro, fio 30 penteado, estampa policromada (frente/costa) gola careca baixa – a serem distribuídas aos participantes do Programa; 1000 bonés com nome do Programa e logomarca da Chesf; 1000 bolsas de tecido "brim"; Todos os produtos deverão constar nome e marca do Programa; logomarcas da prefeitura e da Chesf c/ tarja institucional;

Seminário Encerramento do Programa em cada município.	Socialização de conhecimento e aprendizado com exposição dos resultados e produtos do Programa; Cada Seminário terá duração de 8 horas; Lançamento da Cartilha para cada um dos municípios; Lançamento do Livro dos Bens Naturais e Culturais para o conjunto dos municípios partícipes do Programa; Lançamento de DVD;	Realização de 01 Seminário de encerramento após realização das 4 Oficinas em cada um dos municípios; Lançamento da Cartilha do Patrimônio Cultural para cada município. Edição de livro do Programa DVD – Deverão ser coletadas imagens durante as oficinas, das cidades e comunidades envolvidas. Depoimentos – ofícios, fazeres e celebrações (procissões, manifestações populares, folguedos, mestres). Atentar para as datas desses eventos no município; As músicas do CD do cancioneiro popular deverão ser utilizadas no DVD. Coleta de imagens fotográficas e de vídeo;	Lanche e almoço para os participantes; A Cartilha com tiragem de 1.000 unid para cada município, tamanho A-5, capa policromia em papel couché 250g e 12 páginas e miolo em preto e branco papel off set 120g. Com conteúdo histórico, dos bens patrimoniais materiais e imateriais, bandeira e hino do município, registro das oficinas, pesquisa de campo, entrevistas – os municípios serão diferenciados pelas cores das capas; tarja institucional será repassada pela Chesf. Inscrição no ISBN; O Livro terá, mínimo de 50 folhas, ilustrado com fotografias coloridas e em preto e branco, e ainda desenhos (bico de pena e/ou aquarela), em tamanho 30 x 30 cm, miolo papel couché fosco 170g, policromado, com capa cartão triplex 350g e tiragem de 2000 unidades; Inscrição no ISBN; Será produzido um DVD para cada cidade com duração de 12min. Deverá ser apresentado semi-acabado no Seminário. Após evento será introduzida imagens do Seminário de Encerramento para conclusão final do DVD e após este feito ocorrerá a distribuíção da versão final aos municípios; CD com tiragem 1.000 unid para cada município; DVD para cada município (1000 cópias c/capa encarte e estojo acrílico c/informações do Programa e logomarca, ficha técnica e tarja institucional);

	Lançamento do CD do cancioneiro erudito e popular Instalação da exposição fotográfica (dia anterior ao evento). Abertura e permanência de 3 dias para visitação pública no município.	- CD com músicas do cancioneiro erudito e popular dos municípios pesquisados com representantes (cantores, bandas, repentistas, grupos musicais, sanfoneiros, corais, poetas, contadores de histórias); - Instalação de 01 exposição fotográfica– específica para cada município. Apresentação pela contratada de um projeto expográfico a ser aprovado pela Chesf/DEMG.	Capa encarte e estojo acrílico com informações do Programa, ficha técnica e tarja institucional). Cada exposição deverá ter mínimo 25 m² de fotografia. As fotos poderão ser apresentadas em tamanhos diferenciados, não menores que 50x50cm. Painéis com apresentação institucional do Programa; ficha técnica e tarja institucional;com imagens e legendas dos bens patrimoniais da cidade; registro fotográfico dos participantes das oficinas realizadas, nos municípios pelo fotógrafo profissional do Programa.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Serão avaliados os resultados pelos seguintes parâmentros de desempenho do Programa:

1 – Participação nas Oficinas. O Programa deverá atingir uma meta de no mínimo 24 participantes em cada oficina realizada por município. Este número corresponde a um percentual de 80% das vagas oferecidas;

Obs.: O número total de participantes nas oficinas, envolvendo os 4 municípios não poderá ser menor de 96 treinandos.

2 – Apresentar avaliação realizada pelos participantes do Programa (conteúdo, atividades de campo, qualidade e quantidade das refeições oferecidas, deslocamentos de transporte disponibilizados, peças editoriais, peças de divulgação, exposição fotográfica, vídeo, CD entre outros);

4 – Registrar número não inferior a 60 participantes no seminário de encerramento;

5 – Registrar números não inferior a 100 visitantes da exposição fotográfica (livro de registro de presenças) para cada município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHESF, Estudo de Impacto Ambiental de Xingó – EIA, Meio Antrópico, ENGE-RIO, Recife-PE,1989.

CHESF, Relatório de Impacto Ambiental de Xingó – RIMA, ENGE-RIO, Recife-PE,1989

Plano Diretor de Desenvolvimento de Piranhas – Diagnóstico – Maceió-AL,1991.

Plano de Gestão em Educação Patrimonial para Piranhas – Silva, Álvaro Antônio Moreira; Monografia do Curso de Especialização em Conservação Territorial Integrada – CECI/UFPE, Recife-PE,2000.

Gibb, Rona, Conferência Internacional Brasil/Grã-Bretanha – Patrimônio Histórico e Desenvolvimento, Recife-PE, 1999.

Gomes, Prof. MSc. Raimundo Nonato, Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Região Alagoana dos Lagos - UFAL – Maceió-AL, 1996.

História, Memória e Comunidade: o Direito do Patrimônio Construído, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo-SP, 1992.

Horta, Maria de Lourdes Parreiras e outros – Guia Básico de Educação Patrimonial –IPHAN, Brasília – Museu Imperial – Rio de Janeiro-RJ, 1999.

Kacowicz, Roberta, Conferência Internacional Brasil/Grã-Bretanha – Patrimônio Histórico e Desenvolvimento, Recife-PE, 1999

Murta, Stela Maris, Conferência Internacional Brasil/Grã-Bretanha – Patrimônio Histórico e Desenvolvimento, Recife-PE, 1999.

Plano de Gestão em Educação Patrimonial para Piranhas – Silva, Álvaro Antônio Moreira; Monografia do Curso de Especialização em Conservação Territorial Integrada – CECI/UFPE, Recife-PE,2000.

Relatório do Projeto de Tombamento e Plano de Gestão de Piranhas – Zancheti, Sílvio; Pontual, Virgínia e Carneiro, Ana Rita - CHESF/CECI, Recife-PE, 2000.